

**ESTATUTOS**  
**FUESPI**  
**UESPI**

**2005**



GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ  
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ  
Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
Valéria Madeira Martins Ribeiro

PRÓ-REITORA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
Maria Célia Leal e Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO, ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS  
Norma Suely Campos Ramos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Carlos Alberto Pereira da Silva

PRÓ-REITOR DOS CURSOS SUPERIORES SEQUENCIAIS  
Pedro Bispo de Miranda Filho

PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
Joselita Izabel de Jesus





## APRESENTAÇÃO

---

De 1995 a 2000, foram elaborados três novos Estatutos sem a participação da comunidade universitária e modificados sem o referendun desta. Em 2001, o Regimento Geral foi considerado nulo pelo conselho Diretor – CONDIR, órgão maior de deliberação administrativa e financeira, alegando irregularidades. Isto comprovava, por tanto, a fragilidade legal da UESPI, pois as normas que a regiam estavam dispersas em Resoluções.

Diante do exposto, temos a clareza de que a UESPI não poderá ser democrática como uma instituição em si, mas para que o seja de fato, faz-se necessário um processo de construção dessa democracia por aqueles que a integram.

De todas as ações implementadas nesta IES, é possível que 2005 seja lembrado, mais enfaticamente, pela reformulação do Estatuto, fruto da discussão participativa de todos os segmentos universitários, e aprovado de forma democrática, após a realização de dois Fóruns deliberativos, organizados pela comissão da Esta-tuinte que tinha o papel de mediar o processo de construção cole-tiva desse instrumento legal.

A homologação do Estatuto merece ser destacada pois, até então, não houvera na UESPI, um processo de legitimação de suas normas.

Esse fato contemplou os anseios da comunidade univer-sitária que tem uma longa luta voltada para uma política de par-ticipação.

  
Profª. Valéria Madeira Martins Ribeiro

Reitora *Pro Tempore* da UESPI



## ÍNDICE

Decreto nº 111.830, de 29 de julho de 2005 que aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual do Piauí .....	09
Resolução CONDIR nº008/2005 de 28/07/05 .....	11
Decreto nº111.831, de 29 de julho de 2005 que aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Piauí - UESPI .....	17
Resolução CONSUN nº024/2005 de 27/07/2005 .....	19
Decreto nº111.868, de 01 de setembro de 2005 que altera o § 5º, do art. 57, do Estatuto da Universidade Estadual do Piauí - UESPI .....	43
Resolução CONDIR 009/2024.....	44
Decreto 23582 de 06 de Fevereiro de 2025 que homologa a Resolução CONDIR 009/2024.....	45









## DECRETO Nº111.830, DE 29 DE JULHO DE 2005

***Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI.***

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual,

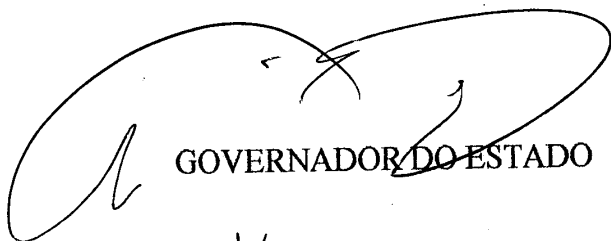
### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica aprovado, na forma do Anexo Único deste Decreto, o *Estatuto da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI*.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº10.333, de 06 de julho de 2000.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

***PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 29 de julho de 2005.***

  
GOVERNADOR DO ESTADO

  
SECRETÁRIO DE GOVERNO





**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CONSELHO DIRETOR - CONDIR**

**RESOLUÇÃO CONDIR N°008/20005**

Teresina, 28 de Julho de 2005.

A Presidente do Conselho Diretor e Reitora *Pro Tempore* da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, no uso de suas atribuições legais,

Considerando deliberação do Conselho Diretor em reunião plenária de 28/07/05,

**R E S O L V E**

Art. 1º - Aprovar o Estatuto da Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

*Valéria Madeira Martins Ribeiro*  
Valéria Madeira Martins Ribeiro  
**Presidente do CONDIR**

# **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – FUESPI**

## **ESTATUTO**

### **TÍTULO I**

#### **DA FUNDAÇÃO E SEU PATRIMÔNIO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA FUNDAÇÃO**

Art. 1º – A Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, sucedânea da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí FADEP, instituída pela Lei nº 3.967, de 16 de novembro de 1984, é a entidade mantenedora da Universidade Estadual do Piauí.

Art. 2º – A Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, doravante denominada Fundação, com sede e foro na cidade de Teresina, reger-se-á por este Estatuto.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DO PATRIMÔNIO**

Art. 3º – A Fundação tem sua estrutura composta de *Campi* – Unidades Universitárias permanentes e Núcleos – Unidades descentralizadas, sendo a sede da Fundação e o *Campus*-sede da Universidade no *Campus* Poeta Torquato Neto, na Capital.

Art. 4º – Integram o patrimônio da Fundação:

- a) o espaço físico, prédios e bens móveis e imóveis de seus *Campi* e Núcleos;
- b) os bens que lhe sejam doados pela União, pelo Estado, pelos municípios e por outras entidades públicas e privadas.

Art. 5º – Em caso da Fundação vir a ser extinta, seus bens serão incorporados ao patrimônio do Estado.

Art. 6º – É vedada a aplicação ou uso, sob qualquer pretexto, de bens da Fundação para finalidade distinta do seu objetivo.

Art. 7º – A manutenção e funcionamento da Universidade é feita pela Fundação, detentora de todo o patrimônio da primeira, através dos seguintes recursos:

- a) dotações consignadas no Orçamento Geral do Estado;
- b) convênios e contratos firmados com entidades públicas e privadas;
- c) serviços prestados pela Universidade à comunidade;
- d) rendas de juros de bens patrimoniais.

Art. 8º – Os recursos da Fundação, em moeda corrente, somente poderão ser depositados em instituição financeira oficial.

## **TÍTULO II**

### **DO CONSELHO DIRETOR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DIRETOR**

Art. 9º – A Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI é dirigida por um Conselho Diretor, cuja presidência será assumida pelo Reitor(a), Presidente da Fundação, e constituído por mais 06 (seis) membros e seus respectivos suplentes escolhidos dentre pessoas de reputação ilibada e notória competência, sendo:

- a) 02 (dois) membros natos na figura dos Pró-Reitores de Administração e Recursos Humanos e de Planejamento e Finanças;
- b) 01 (um) representante indicado pela Secretaria Estadual de Fazenda, preferencialmente o Secretário Estadual da Pasta;
- c) 01 (um) representante indicado pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura, preferencialmente o Secretário Estadual da Pasta;
- d) 01 (um) representante da Sociedade Civil Organizada da área de Educação, Ciência e Tecnologia;
- e) 01 (um) representante do Estado da área de Educação, Ciência e Tecnologia;

§ 1º – Os membros e respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado, para um mandato de 02 (dois) anos, sendo-lhe permitida uma única recondução, exceto os constantes nas alíneas a, b e c.

§ 2º – Nas ausências e impedimentos do Reitor(a), a presidência da Fundação será exercida pelo Vice-Reitor(a).

§ 3º – Os representantes das Instituições mencionadas nas alíneas d e e terão seu perfil definidos na forma do Regimento Geral.

Art. 10 – O Conselho Diretor da Fundação reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, em casos especiais, com a presença da maioria absoluta de seus membros e deliberará por maioria simples.

#### **CAPÍTULO II**

#### **DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO E DO PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO**

Art. 11 – Ao Conselho Diretor compete:

- a) deliberar, por maioria absoluta de seus membros, sobre alienação de bens móveis e imóveis da Fundação;
- b) aprovar convênios, contratos, acordos culturais, pedidos de financiamentos, empréstimos, acordos que importem em compromisso financeiro para a Instituição;
- c) alterar o Estatuto da Universidade, bem como o Regimento Geral, após deliberação do Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Administração e Planejamento;

- d) aprovar o plano anual das atividades bem como o relatório do ano anterior;
- e) aprovar o plano de cargos e carreira dos docentes da Universidade por proposta do Conselho de Administração e Planejamento e homologado pelo Conselho Universitário;
- f) aprovar a proposta de orçamento anual da Universidade e a realização de despesas suplementares;
- g) prestar contas das atividades financeiras e administrativas à comunidade e órgãos competentes de acordo com a legislação vigente;
- h) exercer a fiscalização econômico-financeira e de auditoria da Universidade;
- i) aprovar os planos de expansão e desenvolvimento, bem como a criação, modificação e extinção de órgãos na Universidade;
- j) aprovar reforma do Estatuto da Fundação e de seu

Regimento; Art. 12 – É de responsabilidade do Presidente da

Fundação:

- a) delegar competência;
- b) representar a Fundação;
- c) convocar e presidir as reuniões do Conselho Diretor com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- d) praticar atos *ad referendum* do Conselho Diretor;
- e) encaminhar as prestações de contas do ano anterior, após aprovação pelo Conselho Diretor, à autoridade competente;
- f) exercer o poder disciplinar;
- g) apresentar ao Conselho Diretor, periodicamente, relatório das ações administrativas e financeiras da Instituição;
- h) cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais bem como as resoluções do Conselho Diretor;
- i) coordenar, superintender e administrar as atividades acadêmicas, administrativas e financeiras da Fundação.

### **TÍTULO III**

#### **DA UNIVERSIDADE**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO**

Art. 13 – A Universidade Estadual do Piauí, mantida pela Fundação, obedecerá aos seguintes princípios de organização e funcionamento:

- a) hierarquia de valores com base no mérito acadêmico e profissional;
- b) unidade de patrimônio e administração;
- c) racionalidade de organização e planejamento;
- d) integração das funções de ensino, pesquisa e extensão;



e) cultivo das áreas fundamentais do conhecimento;

- f) modelo estrutural com base em Coordenações, Centros e *Campi*;
- g) gestão democrática com órgãos executivos e deliberativos em todos os níveis da Administração.

Art. 14 – O Estatuto e o Regimento Geral disciplinarão o funcionamento e a organização da Universidade.

Art. 15 – Nos termos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, a Universidade terá autonomia administrativa, didático-científica, financeira e disciplinar.

Art. 16 – A estrutura organizacional da Universidade compreende cargos da Administração Superior, Cargos de Direção e Assessoramento Superior.

Art. 17 – São cargos da Administração Superior: Reitor, Vice-Reitor, Pró-Reitores e Diretores, na forma do Estatuto da Universidade.

Art. 18 – São órgãos integrantes da estrutura acadêmica e administrativa da UESPI: Unidades Universitárias, Gabinete da Reitoria, Biblioteca Central, Núcleo de Processamento de Dados, Assessoria de Comunicação Social, Gráfica-Editora, Diretoria de Assuntos Acadêmicos, Procuradoria Jurídica, Assessoria Técnica, Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos, Diretoria de Gestão de Pessoas, Prefeitura Universitária, Diretoria de Material, Diretoria de Contabilidade e Finanças e outras mencionadas no Regimento Geral da Universidade.

**Parágrafo Único** - Os diretores dos órgãos, constantes do caput deste artigo, exercem cargos de Direção e Assessoramento Superior.

## **CAPÍTULO II**

### **DO PESSOAL**

Art. 19 – O regime jurídico do pessoal docente e do corpo técnico-administrativo é o previsto na legislação pertinente.

Art. 20 – O quadro de pessoal docente da Universidade, o regime de trabalho, a progressão funcional, os direitos, os deveres, as vantagens e as condições de ingresso na Instituição são definidos no plano de Cargos e Carreira.

§ 1º. O quadro permanente da Universidade é preferencialmente de docentes com Pós-Graduação *stricto sensu*.

§ 2º. Caso não sejam preenchidas as vagas oferecidas, conforme exigência contida no parágrafo anterior, o quadro permanente da Universidade poderá ser preenchido por especialistas.

Art. 21 – O quadro de pessoal técnico-administrativo da Universidade, o regime de trabalho, a progressão funcional, as vantagens, os direitos, os deveres e as condições de ingresso na Instituição são definidos no Plano de Cargos, Carreira e Vencimento, conforme Lei Complementar nº 038, de 24/03/04, com as modificações que vierem a ser propostas.

## TÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 – É mantido o Plano de Cargos e Carreiras dos docentes, conforme Decreto nº 8.612/1992, com as modificações que vierem a ser aprovadas.

Art. 23 – As disposições constantes da Legislação anterior são mantidas no que concerne a direitos adquiridos.

Art. 24 – Os cargos em comissão e funções gratificadas da Universidade são de livre nomeação do Reitor(a) dentre os servidores de carreira, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal e do artigo 228 da Constituição Estadual.

Parágrafo único - Nas unidades em que não houver servidor de carreira será nomeado servidor de contrato temporário.

Art. 25 – O exercício da função de membro do Conselho Diretor da FUESPI não é remunerado, admitido tratamento idêntico ao dos Conselhos Diretores e de Administração das entidades fundacionais do Estado.

Art. 26 – Os *Campi* criados por deliberação do Conselho Diretor, dependem, para efetiva implantação, de Lei Estadual.

Parágrafo Único: Os Núcleos, para efetiva implantação dependem de proposta do Conselho Universitário aprovada pelo Conselho Diretor.

Art. 27 – A Estrutura organizacional da Universidade apresentada neste Estatuto será implementada, gradativamente, no prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 28 – Será constituída comissão para estudos e avaliação dos *Campi* e Núcleos da Universidade a serem apresentados ao Conselho Diretor da Fundação no prazo de 180 dias a partir da data de publicação deste Estatuto.

Art. 29 – Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos pelo Conselho Diretor.

Art. 30 – O presente Estatuto entrará em vigor na data da sua publicação.

Teresina, 29 de julho de 2005.



# DECRETO Nº111.831, DE 29 DE JULHO DE 2005

***Aprova o Estatuto da Universidade Estadual do Piauí - UESPI***

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual,

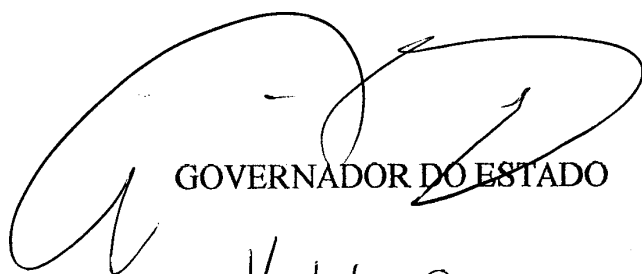
## **DECRETA:**

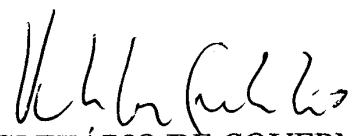
Art. 1º Fica aprovado, na forma do Anexo Único deste Decreto, o *Estatuto da Universidade estadual do Piauí – UESPI*.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº10.176, de 06 de outubro de 1999.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

***PALÁCIO DE KARNADK, em Teresina(PI), 29 de julho de 2005.***

  
GOVERNADOR DO ESTADO

  
SECRETÁRIO DE GOVERNO





**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI**  
**CONSELHO DIRETOR - CONDIR**

**RESOLUÇÃO CONSUN N°024/20005**

Teresina, 27 de Julho de 2005.

A Presidente do Conselho Universitário da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, e Reitora *Pro Tempore*, no uso de suas atribuições legais,

Considerando deliberação do Conselho Universitário em reunião plenária de 27/07/05,

**R E S O L V E**

Art. 1º- Aprovar o Estatuto da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, anexo.

Art. 2º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**

*Valéria Madeira Martins Ribeiro*  
Valéria Madeira Martins Ribeiro  
**Presidente do CONDIR**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ  
Rua João Cabral, 2231 Norte - Bairro Pirajá, Teresina/PI, CEP 64002-150  
Telefone: - <https://www.uespi.br>

**RESOLUÇÃO CONDIR 009/2024**

**TERESINA(PI), 19 DE NOVEMBRO DE 2024.**

O Reitor e Presidente do Conselho Diretor da Fundação Universidade Estadual do Piauí - CONDIR/FUESPI, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o processo 00089.024734/2024-37,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação normativa do Estatuto da UESPI para fins de alinhamento da norma institucional aos princípios constitucionais e à Constituição Estadual do Piauí;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa da Universidade estabelecida na alínea "a", parágrafo 2º, do artigo 4º do Estatuto da UESPI;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX, do artigo 68 do Estatuto da UESPI;

CONSIDERANDO deliberação favorável na 121ª reunião ordinária do CONAPLAN,

em 26/09/2024 e na 282ª Reunião extraordinária do CONSUN, em 17/10/2024;

CONSIDERANDO a aprovação do CONDIR na 148ª reunião ordinária do dia 13/11/2024;

CONSIDERANDO, ainda, a competência do CONDIR determinada na alínea "c", do artigo 11, Estatuto da FUESPI,

### **R E S O L V E:**

**Art. 1º ALTERAR** os arts. 17, 30, 31, 37, 57 e CAPÍTULO IV do **Estatuto da Universidade Estadual do Piauí**, passando a vigorar com as seguintes redações:

**"Art. 17 –** Integram a Universidade, além de outros que vierem a ser criados, os seguintes Centros:

I – Centro de Ciências Humanas e Letras;

II – Centro de Ciências Sociais Aplicadas;

III – Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes;

IV – Centro de Ciências da Natureza;

V – Centro de Tecnologia e Urbanismo;

VI – Centro de Ciências da Saúde;

VII – Centro de Ciências Agrárias;

## **VIII - Faculdade de Direito.**

Parágrafo Único – O Centro de Ciências da Saúde é integrado pelas Coordenações de cursos da área de saúde, incluindo o Curso de



Licenciatura Plena em Educação Física."

**“Art. 30 – Os Cursos e Programas da Universidade são os seguintes:**

**I- Curso Superior de Tecnologia;**

**II- Curso de Graduação;**

**III- Programas de pós-graduação stricto sensu, destinados ao mestrado e doutorado;**

**IV- Cursos de pós-graduação lato sensu, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização;**

**V- Cursos de programas de extensão.”**

#### **“CAPÍTULO IV - DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA”**

**“Art. 31 – Os Cursos Superiores de Tecnologia, com duração máxima de dois anos e meio, destinam-se à formação tecnológica em determinado campo do saber conforme catálogo do MEC e estão abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio.”**

**“Art.37 – A qualificação universitária far-se-á por meio de outorga de:**

**I- Diploma de Curso Superior de Tecnologia;**

**II- Diploma de Graduação;**

**III- Diploma de Mestre;**

**IV- Diploma de Doutor;**

**V- Certificado de:**

**a) aprovação em disciplinas;**

**b) conclusão de Cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Aperfeiçoamento, Extensão Universitária e outros;”**

**“Art. 57 - O Reitor(a) e o Vice-Reitor(a), brasileiros(as), docentes de carreira da Universidade, serão nomeados(as) pelo Governador do Estado, na forma da Lei Estadual após processo de eleição direta com consulta à comunidade universitária, votação secreta, em que esteja presente a maioria absoluta dos votantes.**

**§ 1º - Poderão candidatar-se todos os professores de carreira do quadro permanente que estejam em efetivo exercício na instituição há pelo menos 3 anos e cumprimento do estágio probatório.”**

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.**

**EVANDRO ALBERTO DE SOUSA**

**PRESIDENTE DO CONDIR**



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO ALBERTO DE SOUSA - Matr.0268431-4, Presidente do Conselho Diretor da UESPI**, em 25/11/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Cap. III, Art. 14 do [Decreto Estadual nº 18.142. de 28 de fevereiro de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.pi.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.pi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **015480671** e o código CRC **BBB2EDB7**.



**DECRETO Nº 23582, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ** no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, V e XIII do art. 102 da Constituição Estadual, e conforme Ofício nº 5395/2024/FUESPI-PI/GAB, de 17 de dezembro de 2024, da Fundação Universidade Estadual do Piauí, registrado no SEI 00089.024734/2024-37,

**R E S O L V E homologar** a Resolução CONDIR nº 009/2024, do Conselho Diretor da Fundação



Diário nº 36/2025, 20 de fevereiro de 2025.

\*\*\* Iniciado: 20/02/2025 08:08:57 \*\*\*

[assinatura eletrônica](#)

Página 3/328

Disponibilizado: 20/02/2025 18:00:59



Publicado: 21/02/2025 00:00:00

Universidade Estadual do Piauí, publicada no diário Oficial do Estado nº 232/2024, de 28 de novembro de 2024, e aprovada pelo Parecer CEE nº 220/2024, do Conselho Estadual de Educação do Piauí, nos termos do art. 9º da Resolução nº 010/2008, também do Conselho Estadual de Educação do Piauí.

**PALÁCIO DE KARNAK**, em Teresina (PI), 06 de fevereiro de 2025.

(assinado eletronicamente)

**RAFAEL TAJRA FONTELES**

Governador do Estado do Piauí

(assinado eletronicamente)

**MARCELO NUNES NOLLETO**

Secretário de Governo

SEI nº 016494296

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

## ESTATUTO

### TÍTULO I

#### DA UNIVERSIDADE E SEUS FINS

### CAPÍTULO I

#### DOS PRINCÍPIOS E DAS FINALIDADES

Art 1º- A Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Instituição de Ensino Superior autorizada pelo Decreto Federal de 25 de fevereiro de 1993, na modalidade *multicampi*, com sede na cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Piauí – FUESPI, sucedânea da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação do Estado do Piauí – FADEP, instituída pela Lei Estadual nº 3967, de 16 de novembro de 1984, reger-se-á por este Estatuto, Regimento Geral e Resoluções de seus Conselhos Superiores, obedecidas as Legislações Federal e Estadual pertinentes .

**Parágrafo Único** - As atividades administrativas, de gestão financeira e patrimonial decorrem e têm por fim as atividades acadêmicas.

Art 2º- São princípios fundamentais da Universidade Estadual do Piauí:

- I. Autonomia;
- II. Existência de hierarquia de valores, consubstanciada no princípio do mérito acadêmico e profissional internacionalmente aceito;
- III. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assegurado seu compromisso social;
- IV. Gestão democrática e colegiada;
- V. Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- VI. Compromisso com o desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura.

Art 3º- A Universidade Estadual do Piauí tem por finalidade:

- I. Promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão integrados na formação técnico-profissional e na produção científica, tecnológica, filosófica, artística e cultural;
- II. Participar na elaboração da Política de Desenvolvimento do Estado do Piauí, realizando estudos sistematizados da sua realidade;
- III. Manter intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, nacionais e internacionais, com vistas à universalidade de sua missão;

- IV. Promover sua interiorização de modo racional, atendendo aos anseios e necessidades locais e regionais respeitadas suas condições sócioeconômicas e culturais;
- V. Prestar serviços à comunidade como atividade indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão;
- VI. Formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, atentando para a formação de professores da Educação Básica;
- VII. Desenvolver projetos de Educação Continuada;
- VIII. Educar para a cidadania, estimulando a atuação coletiva;
- IX. Propiciar condições para transformação da realidade, visando justiça e equidade social.

## **CAPÍTULO II**

### **DA AUTONOMIA**

Art 4º- A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º- A autonomia didático-científica consiste em:

- a) estabelecer sua política de ensino, pesquisa e extensão;
- b) criar, organizar, modificar e/ou extinguir cursos e definir ofertas de cursos;
- c) estabelecer seu calendário acadêmico e administrativo;
- d) conferir graus, diplomas , títulos e outras dignidades universitárias.

§ 2º- A autonomia administrativa consiste na faculdade de:

- a) propor reformas deste Estatuto e do Regimento Geral ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Mantenedora ;
- b) elaborar, aprovar e reformular o Regimento da Reitoria, das Unidades Universitárias e dos Órgãos Suplementares;
- c) aprovar normas sobre admissão, remuneração, promoção e dispensa do pessoal docente e técnico-administrativo, submetendo-as à homologação do Conselho Universitário, bem como aprovação do Conselho Diretor da Fundação;
- d) homologar os nomes para os cargos de Reitor(a),Vice-Reitor(a) após processo de consulta à comunidade universitária.

§ 3º- A autonomia da gestão financeira e patrimonial consiste em:

- a) elaborar e executar seu orçamento, com fluxo regular de recurso do Poder Público que lhe permita planejar e implantar suas atividades, independente de outras fontes de receita com fins específicos;

b) administrar as rendas patrimoniais e as decorrentes de suas atividades e serviços, delas dispondo na forma de seu Estatuto;

c) receber subvenção, doação, legados e cooperação financeira de pessoa física ou resultante de contratos e convênios com entidades e instituições de direito público e privado.

§ 4º - Além dos princípios estabelecidos na Constituição, no exercício de autonomia administrativa, a Universidade observará os princípios da proporcionalidade e da racionalidade.

## **TÍTULO II**

### **DO PATRIMÔNIO E DA GESTÃO FINANCEIRA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DO PATRIMÔNIO**

Art.5º - Constituem patrimônio da Fundação para funcionamento da Universidade:

- I. Os bens, direitos e outros valores que resultem de suas atividades e os que lhe forem transferidos, doados ou legados;
- II. As dotações consignadas ou que vierem a ser consignadas nos orçamentos do Estado e de quaisquer municípios ou outras entidades públicas federais ou estaduais, fora da Universidade Estadual do Piauí;
- III. As aquisições de bens de qualquer natureza, auxílios oriundos de pessoas físicas ou jurídicas, de direito privado ou de direito público internacional;
- IV. Os saldos dos exercícios financeiros transferidos para as contas patrimoniais;
- V. Os bens livres e suficientes designados pelo Estado para constituição de fundo personalizado, a fim de formar o patrimônio básico;
- VI. Os bens e direitos adquiridos pela Universidade Estadual do Piauí;
- VII. Os bens semoventes.

Art. 6º - A critério do Conselho Diretor, a Universidade Estadual do Piauí poderá aceitar cessão e direitos feitos por pessoas físicas ou jurídicas.

Art.7º - Cabe à Universidade administrar o patrimônio da mantenedora e dele dispor nos limites estabelecidos por lei.

Art.8º - Os bens imóveis da Universidade só poderão ser alienados e/ou cedidos mediante voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Diretor.

Art.9º - A Universidade, entidade sem fins lucrativos, não distribuirá vantagens, dividendos ou bonificações de qualquer espécie, aplicando eventuais resultados financeiros exclusivamente na consecução de seus objetivos.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Art.10 - Os recursos financeiros administrados pela Universidade Estadual do Piauí são provenientes das seguintes receitas:

- I. Dotação global consignada, anualmente, no orçamento do Estado para sua manutenção e desenvolvimento;
- II. Dotações que lhe forem atribuídas, anualmente, nos orçamentos da União e de municípios;
- III. Subvenções e doações feitas por pessoas físicas e jurídicas;
- IV. Aplicações de bens e de valores patrimoniais e de serviços prestados;
- V. Taxas, emolumentos e contribuições;
- VI. Rendas eventuais;
- VII. Empréstimos e financiamentos aprovados pelo Conselho Diretor da Universidade.

**Parágrafo Único** - Toda receita administrada pela Universidade será depositada em instituição financeira oficial.

## **CAPÍTULO III**

### **DA GESTÃO FINANCEIRA**

Art.11 - O exercício financeiro da Universidade coincidirá com o ano civil e o seu orçamento será aprovado pelo Conselho Diretor.

§ 1º - Para organização da proposta orçamentária, as Unidades da Universidade, e os Órgãos Suplementares remeterão à Reitoria as suas previsões para o exercício considerado, devidamente discriminadas e justificadas, de acordo com a política estabelecida pelo Conselho de Administração e Planejamento.

§ 2º - Abertura de créditos suplementares e ajustes no orçamento da Universidade serão solicitados ao órgão competente, ouvido o Conselho Diretor.

§ 3º - Os planos anuais de aplicações de recursos terão a forma de Orçamento-Programa, de um ano para o outro.

Art.12 - O superávit financeiro, verificado no encerramento do exercício será levado à conta do fundo patrimonial ou poderá ser utilizado como recurso para a abertura de créditos especiais e suplementares.

Art.13 - As contas de gestão orçamentária e financeira da Universidade, independentemente da fiscalização interna a cargo do Controle Interno da Instituição, serão encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado no prazo e na forma estabelecidos para os demais órgãos públicos da administração estadual.

Art.14 - Obedecidos os princípios gerais do Direito Financeiro, o Conselho Diretor poderá estabelecer normas e procedimentos para elaboração, execução e avaliação do orçamento/programa da Universidade, inclusive quanto à arrecadação de receitas próprias.



**TÍTULO III**  
**DA CONSTITUIÇÃO E DA ADMINISTRAÇÃO SETORIAL**

**CAPÍTULO I**  
**DA ADMINISTRAÇÃO DOS CAMPI E CENTROS**

Art.15 – A Universidade será um todo orgânico integrado e constituído nos termos do Regimento Geral em:

- I – Campi*
- II – Centros

**Parágrafo Único** – Os Núcleos - Unidades descentralizadas serão coordenados pelos *Campi* - Unidades permanentes.

Art. 16 – A Universidade Estadual do Piauí, de natureza *multicampi*, tem sua estrutura composta em *Campi* - Unidades permanentes e Núcleos - Unidades descentralizadas, sendo o *Campus-sede* da Universidade o Campus Poeta Torquato Neto, na Capital.

§ 1º - Quanto à criação dos *Campi* serão atendidos os seguintes requisitos:

- I. Agrupamentos de cursos com atividades acadêmicas afins;
- II. Disponibilidade de instalações próprias, equipamentos e acervos bibliográficos;
- III. Quadro de Docentes e de Técnicos em proporção adequada ao desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão nas respectivas áreas dos cursos;
- IV. Densidade demográfica e demanda escolarizada para o Ensino Superior.

§ 2º - A Universidade poderá criar, organizar, modificar, suspender ou extinguir parte de sua constituição, observando este Estatuto e suas normas regimentais.

Art. 17 – Integram a Universidade, além de outros que vierem a ser criados, os seguintes Centros:

- I. Centro de Ciências Humanas e Letras;
- II. Centro de Ciências Sociais Aplicadas;
- III. Centro de Ciências da Educação, Comunicação e Artes;
- IV. Centro de Ciências da Natureza;
- V. Centro de Tecnologia e Urbanismo;
- VI. Centro de Ciências da Saúde;
- VII. Centro de Ciências Agrárias.
- VIII. Faculdade de Direito

**Parágrafo Único** – O Centro de Ciências da Saúde é integrado pelas Coordenações de

cursos da área de saúde, incluindo o Curso de Licenciatura Plena em Educação Física.

Art. 18 – A Diretoria de *Campi* e de Centro é exercida pelo Diretor(a), nas faltas e impedimentos deste(a), pelo Vice-Diretor(a).

Art. 19 – O Diretor(a) e Vice- Diretor(a), docentes de carreira da Universidade, serão nomeados pelo Reitor(a), na forma do Regimento Geral após processo de eleição direta com consulta a comunidade universitária, em votação secreta, presente a maioria absoluta dos votantes.

§ 1º – Será de quatro anos o mandato de Diretor(a) e do Vice-Diretor(a), permitida uma única recondução imediata.

§ 2º – O Diretor(a) e o Vice-Diretor(a) exercerão suas atividades em regime de tempo integral.

§ 3º – No caso de vacância do cargo de Diretor(a) antes da metade de seu mandato serão convocadas novas eleições para complementar o período, caso não haja Vice - Diretor(a).

§ 4º – As atribuições do Conselho de Centro e de *Campi* e do(a) Diretor(a) serão estabelecidas no Regimento Geral.

Art. 20 – A Coordenação de Curso é a menor fração da estrutura universitária para efeitos de organização didático-científica.

**Parágrafo Único** - O Coordenador, docente de carreira da Universidade, será nomeado pelo(a) Reitor(a), na forma do Regimento Geral após processo de eleição direta com consulta à comunidade universitária, em votação secreta, em que esteja presente a maioria absoluta dos votantes, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução imediata.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SETORIAIS**

Art. 21 – Os Conselhos de *Campi* e de Centro são órgãos deliberativos, normativos e consultivos em matéria administrativa e didático-científica, cujas competências serão disciplinadas no Regimento Geral.

Art. 22 – Na forma como dispuserem o Regimento Geral e os Regimentos Internos, em cada unidade universitária haverá um colegiado para cada curso, com função deliberativa em matéria didático-científica.

Art. 23 – Integram os Conselhos de *Campi* e de Centros:

- I. Diretor(a), como Presidente;
- II. Vice-Diretor(a), como Vice-Presidente;
- III. Coordenadores de colegiados dos cursos de graduação;
- IV. Coordenador de área, se houver;

- V. 02 (dois) representantes do corpo docente por Curso, eleitos por seus pares, para mandato de 01 (um) ano, renovável por mais um período;
- VI. 01 (um) representante do corpo discente por curso, eleito por seus pares com mandato de 01 (um) ano, renovável por mais um período;
- VII. 01 (um) representante dos servidores técnico-administrativos, eleito por seus pares, para mandato de 01 (um) ano, renovável por mais um período;
- VIII. Coordenadores dos Cursos de Pós – Graduação **Lato Sensu** do Centro;
- IX. Coordenadores dos Cursos de Pós- Graduação **Stricto Sensu** do Centro.
- X. Coordenadores dos Cursos Seqüenciais, se houver.
- XI. Coordenador do Núcleo de Extensão do Centro e *Campi*
- XII. Coordenador do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro/*Campi*.

**Parágrafo Único:** Só será permitida a representação docente por professor do quadro provisório na total ausência de professor do quadro permanente.

## TÍTULO IV DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

### CAPÍTULO I DOS CURRÍCULOS E DA MATRÍCULA

Art. 24 - O conjunto de atividades pedagógicas integrantes dos cursos da Universidade far-se-á sob a responsabilidade de um ou mais Centro e *Campi*.

Art. 25 – Currículo é o conjunto articulado de atividades pedagógicas sistematizadas e complementares, visando uma qualificação universitária, a partir de um projeto político-pedagógico.

Art.26 – O currículo de cada curso compreenderá o conjunto de atividades pedagógicas obrigatórias e complementares.

§ 1º – As atividades pedagógicas, de natureza obrigatória, constituem-se em atividades acadêmicas científicas e culturais: trabalhos de conclusão de curso, estágios supervisionados, monografias e outras previstas no projeto político-pedagógico.

§ 2º – As atividades pedagógicas complementares serão definidas nos projetos político-pedagógicos dos cursos.

Art.27 – A matrícula será feita respeitando o projeto político-pedagógico de cada curso.

§ 1º – A matrícula institucional será cancelada por iniciativa da Universidade ou do estudante.

- a) quando o estudante interessado solicitar por escrito;
- b) quando, em processo disciplinar, se aplicar ao estudante a pena de exclusão;

c) quando constatada pela Universidade a matrícula do estudante em outro Curso de Graduação na própria Instituição.

§ 2º – A matrícula curricular será cancelada por iniciativa da Universidade quando não efetivada na data estabelecida no Calendário Acadêmico.

§ 3º – Os atos de inscrição e matrícula na Universidade importam em compromisso formal de respeito à lei, ao presente Estatuto e aos Regimentos da Universidade, bem como à autoridade que deles emana.

§ 4º – O recebimento de transferências, atendidas as ressalvas da Lei, dependerá sempre da existência de vagas ociosas, do preenchimento das exigências específicas em cada caso, consoante o disposto no Regimento Geral.

§ 5º – Aos estudantes portadores de necessidades educativas especiais será concedido acompanhamento acadêmico, por equipe multidisciplinar devidamente constituída.

§ 6º – Será permitida a reopção por curso diverso ao de ingresso na Universidade, para alunos que adquirirem deficiência física ou sensorial ou desenvolverem doenças crônicas, que impeçam o cumprimento do projeto do curso e o exercício da atividade profissional correspondente no decorrer do curso inicial, na forma prevista regimentalmente.

§ 7º – Os alunos com necessidades educacionais especiais poderão ter um acompanhamento curricular diferenciado, constante em plano específico a ser elaborado pelo Colegiado de Curso e aprovado pelo Conselho Setorial, respeitando-se o limite máximo de tempo para integralização do currículo respectivo e as demais normas estatutárias e regimentais.

Art. 28. A reavaliação do aproveitamento escolar será estabelecida nos projetos político-pedagógicos de cada curso e no Regimento Geral.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS FORMAS DE INGRESSO NA UNIVERSIDADE**

Art. 29 – O processo seletivo de ingresso na Graduação e nos Cursos Superiores Seqüenciais consiste na avaliação dos conhecimentos comuns ao Ensino Médio ou equivalente e da aptidão intelectual do candidato para estudos superiores, atendidas as exigências da legislação vigente.

§ 1º – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão poderá dispor sobre outras formas de processo seletivo para ingresso nos Cursos Superiores Seqüenciais, desde que atendidas as disposições legais.

§ 2º – Os casos omissos serão disciplinados pelo Regimento Geral.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS CURSOS E PROGRAMAS**

Art.30 – Os Cursos e Programas da Universidade são os seguintes:

- I. Curso Superior de Tecnologia;
- II. Curso de Graduação;
- III. Programas de pós-graduação ***stricto sensu***, destinados ao mestrado e doutorado;
- IV. Cursos de pós-graduação ***lato sensu***, destinados ao aperfeiçoamento e à especialização;
- V. Cursos de programas de extensão.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA**

Art. 31 – Os Cursos Superiores de Tecnologia, com duração máxima de dois anos e meio, destinam-se à formação tecnológica em determinado campo do saber conforme catálogo do MEC e estão abertos a candidatos que tenham concluído o Ensino Médio.

## **CAPÍTULO V**

### **DA GRADUAÇÃO**

Art. 32 – Os cursos de Graduação terão por finalidade a concessão de graus acadêmicos e deverão possibilitar a formação de profissionais de qualidade e com consciência crítica, atendidos os princípios e as finalidades da Universidade.

## **CAPÍTULO VI**

### **DA PÓS – GRADUAÇÃO**

Art. 33 – Os programas de pós-graduação ***stricto sensu*** têm por objetivo a formação de docentes e pesquisadores em todas as áreas do saber e compreendem dois níveis de formação: o mestrado e o doutorado.

Art.34 – Os cursos de pós-graduação ***lato sensu*** têm por objetivo atualizar e melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho, preparar especialistas em setores restritos de estudo e compreendem dois níveis de formação: o aperfeiçoamento e a especialização, que facultam certificados respectivos.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO CALENDÁRIO ACADÊMICO**

Art.35 – O Calendário Acadêmico será elaborado pelos órgãos competentes e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvindo os Conselhos de *Campi* e de Centros.

**Parágrafo Único** - O Calendário Acadêmico poderá ser organizado, independentemente de correspondência com o ano civil, por períodos, abrangendo o mínimo de dias letivos de trabalho escolar efetivo, conforme legislação vigente, não incluindo o tempo reservado aos exames finais.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS QUALIFICAÇÕES UNIVERSITÁRIAS**

Art. 36 – A Universidade expedirá e registrará diplomas, títulos e certificados para documentar a habilitação em seus diversos cursos.

Art.37 – A qualificação universitária far-se-á por meio de outorga de:

- I. Diploma de Curso Superior Superior de Tecnologia;
- II. Diploma de Graduação;
- III. Diploma de Mestre;
- IV. Diploma de Doutor;
- V. Certificado de:
  - a) aprovação em disciplinas;
  - b) conclusão de Cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado, Aperfeiçoamento, Extensão Universitária e outros;
  - c) Curso Superior Seqüencial de complementação de estudo.

Art. 38 – A Universidade procederá à revalidação de diplomas estrangeiros, de conformidade com normas regimentais e observadas às condições fixadas pela legislação.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA PESQUISA**

Art.39 – No âmbito da Universidade, a pesquisa científica é considerada a base da atividade universitária e do desenvolvimento regional e tem como objetivo fundamental produzir conhecimentos, associando-se ao Ensino e à Extensão, em conformidade com os princípios e fins estabelecidos neste Estatuto e no Regimento Geral.

Art.40 – São considerados prioritários os projetos de pesquisa voltados para a problemática regional piauiense.

Art. 41– A Universidade instituirá mecanismos de incentivo à pesquisa considerando-a, inclusive, elemento para avaliação de desempenho do docente.

Art. 42 – A pesquisa deverá ser planejada nos *Campi* e nos Centros e aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art.43 – A pesquisa deverá ser compreendida como atividade essencial nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Art.44 – A Universidade reservará no seu orçamento recursos necessários para pesquisa.

## **CAPÍTULO X**

### **DA**

### **EXTENSÃO**

Art. 45 – A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

Art. 46 – A extensão universitária deverá ser planejada nos *Campi* e nos Centros e aprovada no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sendo considerada elemento para avaliação do desempenho do docente.

Art. 47 – A extensão será realizada sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviço, compreendendo trabalhos de natureza cultural , artística, técnica e científica em função do bem-estar individual e coletivo, e terá, como produto de suas ações, publicações e outros produtos acadêmicos.

Art. 48 – A extensão deverá ser compreendida como atividade essencial nos cursos de graduação e como atividade operacional nos cursos de pós-graduação.

Art. 49 – As atividades de extensão deverão preferencialmente alicerçar-se nas prioridades locais e regionais.

Art. 50 – A Universidade reservará no seu orçamento recursos necessários para extensão, por proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

## **TÍTULO V**

### **DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DOS ORGÃOS E DOS CONSELHOS SUPERIORES**

Art 51- A estrutura da Universidade Estadual do Piauí compreende :

- I. Órgão máximo de deliberação superior: Conselho Universitário, integrado pelo Conselho de Administração e Planejamento e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- II. Órgãos Executivos Superiores:



a) Reitoria;

- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias:
  - 1) Pró-Reitoria de Ensino e Graduação;
  - 2) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
  - 3) Pró-Reitoria de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários;
  - 4) Pró-Reitoria de Administração e Recursos Humanos;
  - 5) Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças;

III. Órgãos Executivos Suplementares.

## **CAPÍTULO II**

### **DA NATUREZA E DA COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS SUPERIORES**

Art. 52 - O Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo, normativo, consultivo, e última instância de recursos no âmbito da Universidade, tem a seguinte composição:

- I. Reitor(a), como Presidente;
- II. Vice –Reitor(a), como Vice-Presidente;
- III. Os Membros dos Conselhos de Administração e Planejamento e do Conselho de Ensino, Pesquisa e de Extensão;
- IV. Três representantes da comunidade, sendo um do Conselho Estadual de Educação, um representante do Conselho Estadual de Cultura e um representante dos docentes sindicalizados e eleitos por seus pares.

§ 1º – As deliberações dos Conselhos de Administração e Planejamento e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estão sujeitas à homologação pelo plenário do Conselho Universitário.

§ 2º – O exercício das funções de membro do Conselho Universitário constitui atividade acadêmica relevante.

Art. 53 – O Conselho de Administração e Planejamento, integrante do Conselho Universitário, é órgão superior deliberativo e consultivo em matéria administrativa, tendo a seguinte composição.

- I. Reitor(a), como Presidente;
- II. Vice-Reitor (a), como Vice-Presidente;
- III. Pró-Reitores (as) de Administração e Recursos Humanos, de Planejamento e Finanças, de Ensino e Graduação, de Pesquisa e Pós-graduação e de Extensão e Assuntos Estudantis e Comunitários;
- IV. Diretores(as) de Centros e de *Campi*;
- V. 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos de nível superior, eleitos por seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, em eleições organizadas por sua entidade representativa.

**Parágrafo Único** – Os(as) Diretores(as) dos *Campi*, quando se fizerem presentes no Campus-sede, serão convocados para reunião do Conselho Universitário e do Conselho de Administração e Planejamento, desde que sejam efetivos, com direito a voz e a voto.

Art. 54 – O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, integrante do Conselho Universitário, é órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade em matéria de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo a seguinte composição.

- I. Reitor(a), como Presidente;
- II. Vice-Reitor(a), como Vice-Presidente;
- III. Pró-Reitores(as) de Ensino e Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão;
- IV. 01 (um) representante docente, por centro, eleito por seus pares, para mandato de 02 (dois) anos;
- V. 02 (dois) representantes do corpo docente eleito por seus pares, para mandato de 02 (dois) anos, em eleição organizada por entidade representativa;
- VI. 02 (dois) representantes dos Coordenadores de Cursos eleitos por seus pares, para mandato de 02 (dois) anos, desde que sejam do quadro permanente.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA REITORIA**

Art. 55 – A Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade que administra todas as atividades universitárias, com sede no campus Poeta Torquato Neto, é exercida por Reitor (a).

**Parágrafo Único** – A constituição, a organização e as distribuições de órgãos da Reitoria constarão de Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO(A) REITOR(A)**

Art.56 – O Reitor(a), que exerce também o Cargo de Presidente da Fundação, é a autoridade executiva máxima da Universidade.

Art. 57 – O Reitor(a) e o Vice-Reitor(a), brasileiros(as), docentes de carreira da Universidade, serão nomeados(as) pelo Governador do Estado, na forma da Lei Estadual após processo de eleição direta com consulta à comunidade universitária, votação secreta, em que esteja presente a maioria absoluta dos votantes.

§ 1º - Poderão candidatar-se todos os professores de carreira do quadro permanente que estejam em efetivo exercício na instituição há pelo menos 3 anos e cumprimento de estágio probatório.

§ 2º - A consulta à comunidade será regulamentada pelo Conselho Universitário.

§ 3º - A duração dos mandatos de Reitor(a) e de Vice-Reitor(a) é de 04 (quatro) anos, permitida uma única recondução.

§ 4º - Diretores(as) de Centro e Coordenadores(as) deverão se desincompatibilizar até trinta dias antes das eleições.

§ 5º - Os representantes sindicais devem-se afastar do cargo trinta dias antes das eleições.

Art. 58 - O Reitor(a) será substituído em suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Reitor(a), que o sucederá em caso de vacância.

§ 1º - No caso de vacância do cargo de Vice-Reitor(a) antes da metade do mandato, a escolha do novo Vice-Reitor(a) será feita pelo Conselho Universitário, em prazo não superior a noventa dias.

§ 2º - No caso de vacância do cargo de Vice-Reitor(a), na segunda metade do mandato, o Reitor(a) designará Vice-Reitor (a) um dos Pró-Reitores referendando o nome no Conselho Universitário.

Art. 59 - Na vacância e impedimento do Reitor(a) e do(a) Vice-Reitor(a), assume um Pró-Reitor(a), que convocará eleições em prazo não superior a noventa dias para cumprimento, nos termos do art.57, ressalvado o caso quando a vacância ocorrer no último ano de mandato em que deverá ser escolhido pelo Conselho Universitário também para cumprir o mandato.

Art. 60 – Ao Reitor(a) compete:

- I. Administrar a Universidade e representá-la em juízo ou fora dele;
- II. Zelar pela fiel execução da legislação da Universidade;
- III. Administrar as finanças da Universidade;
- IV. Convocar e presidir os Órgãos Superiores Deliberativos da Universidade, fixando a pauta das sessões destes órgãos, propondo ou encaminhando assuntos que devam por ele ser apreciados, com direito a voto de qualidade;
- V. Nomear os titulares dos Órgãos da Reitoria;
- VI. Nomear e empossar os Diretores(as) e Vice-Diretores(as) das Unidades, Pró-Reitores(as) e dirigentes de órgãos suplementares;
- VII. Dar provimento a atos referentes a preenchimento ou vacância de cargos e empregos, afastamentos temporários, concessão de benefícios aos docentes e técnicos da Universidade;
- VIII. Estabelecer e fazer cessar as relações jurídicas e de emprego do pessoal docente e técnico-administrativo da Universidade, conforme as normas estabelecidas por este Estatuto;
- IX. Exercer o poder disciplinar;
- X. Cumprir e fazer cumprir as decisões dos Órgãos Superiores Deliberativos da Universidade;
- XI. Submeter ao Conselho Diretor e ao Conselho Universitário a proposta orçamentária;

- XII. Conferir graus universitários;
- XIII. Proceder em sessão pública e solene do Conselho Universitário a entrega de títulos e prêmios conferidos pelo mesmo;
- XIV. Formular, em tempo hábil, convite às entidades qualificadas, para que designem os respectivos representantes nos Conselhos;
- XV. Firmar convênios, ouvidos os Conselhos Superiores;
- XVI. Instituir comissões, permanentes ou temporárias, para estudar problemas específicos e designar servidores para o desempenho de tarefas especiais;
- XVII. Delegar competência;
- XVIII. Baixar atos em cumprimento à deliberação dos Conselhos Superiores;
- XIX. Apresentar ao Conselho Universitário, ao início de cada ano, o relatório das atividades do ano anterior;
- XX. Apresentar relatório e prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, no primeiro trimestre de cada mês;
- XXI. Reformar, de ofício ou mediante recursos, atos administrativos;
- XXII. Tornar públicos todos os seus atos;
- XXIII. Convocar o Conselho Universitário para regulamentar eleições;
- XXIV. Estabelecer Resoluções *ad referendum* dos Conselhos, desde que para atender situações relevantes e urgentes.

Art. 61 – O Reitor(a) poderá vetar, com efeito suspensivo, Resoluções do Conselho de Administração e Planejamento, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário.

**Parágrafo Único** - Os vetos apostos às Resoluções do Conselho de Administração e Planejamento, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e do Conselho Universitário serão submetidos à apreciação dos respectivos Conselhos com votação mínima de 2/3 (dois terços) dos membros.

Art. 62 – No desempenho das atividades de supervisão e coordenação da Universidade, o Reitor(a) será auxiliado por cinco Pró-Reitores(as) das seguintes áreas:

- I. Administração e Recursos Humanos;
- II. Planejamento e Finanças;
- III. Ensino e Graduação;
- IV. Pesquisa e Pós-Graduação;
- V. Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários.

**Parágrafo Único** - Os Pró-Reitores(as) são nomeados pelo Reitor(a), escolhidos dentre os Professores(as) do quadro de carreira da Universidade.

## **CAPÍTULO V**

### **DO(A) VICE-REITOR(A)**

Art. 63 – Ao Vice-Reitor(a) compete exercer as atribuições delegadas pelo Reitor(a) e substituí-lo nos termos do artigo 58.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Art. 64 – Ao Conselho de Administração e Planejamento compete:

- I. Exercer a orientação administrativa e de planejamento da Universidade;
- II. Aprovar convênios firmados entre a Universidade e outras instituições, observado o parágrafo único do artigo primeiro.
- III. Emitir parecer sobre a criação, extinção, fusão, ampliação, desdobramento de atividades pedagógicas, assim como de cursos de graduação, pós-graduação e extensão.
- IV. Emitir parecer sobre a criação, extinção, agregação e ampliação de Centros e de *Campi*;
- V. Propor o orçamento geral da Universidade ao Conselho Diretor;
- VI. Apresentar diretrizes da proposta orçamentária às Unidades Universitárias para suas previsões de execução;
- VII. Deliberar quanto aos aspectos administrativos e financeiros, sobre acordos entre unidades universitárias e entidades oficiais ou particulares para a realização de atividades didáticas, de pesquisa, bem como as concernentes à extensão de serviços à coletividade, ouvido o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão;
- VIII. Deliberar sobre a transferência, realocação e manutenção de docentes, ouvindo o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.
- IX. Deliberar sobre o afastamento remunerado de docentes e técnico-administrativos;
- X. Deliberar sobre a alienação de bens móveis da Universidade;
- XI. Emitir parecer sobre número e valor de bolsas de trabalho, de monitoria, de pesquisa e de extensão;
- XII. Instituir prêmios pecuniários;
- XIII. Elaborar o regulamento de servidores da Universidade para apreciação pelo Conselho Diretor;
- XIV. Aprovar normas para concurso público para servidores técnico-administrativos;
- XV. Emitir parecer sobre o número de vagas de docentes, de técnicos e de discentes para cada curso, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XVI. Avaliar as atividades financeiras e administrativas da Universidade;
- XVII. Emitir parecer sobre a oferta de curso de graduação e de pós-graduação da Universidade;
- XVIII. Julgar os recursos e vetos a ele encaminhados e prestar contas das atividades financeiras ao Conselho Diretor;

Art. 65 – Das decisões do Conselho de Administração e Planejamento caberá recurso ao Conselho Universitário.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Art. 66 – Ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão compete:

- I. Apreciar e homologar o calendário acadêmico da Universidade;
- II. Aprovar a criação e a extinção de curso de graduação e pós-graduação, ouvido o Conselho de Administração e Planejamento;
- III. Estabelecer e avaliar as políticas globais para o ensino, pesquisa e extensão.
- IV. Aprovar normas de avaliação dos Programas de Capacitação Docente com base na legislação vigente.
- V. Propor ao Conselho de Administração e Planejamento o orçamento para as atividades de ensino e graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão da Universidade;
- VI. Autorizar a oferta de Curso de Graduação e Pós-Graduação, ouvido o Conselho de Administração e Planejamento;
- VII. Aprovar a criação e organização de atividades pedagógicas, ouvido o Conselho de Administração e Planejamento;
- VIII. Aprovar o número de vagas de docentes, de técnicos e de discentes para cada curso de graduação, ouvido o Conselho de Administração e Planejamento;
- IX. Aprovar as normas de concurso público para docentes;
- X. Aprovar normas de avaliação de ensino e promoção de estudantes;
- XI. Baixar normas sobre a forma de ingresso de candidatos aos Cursos de Graduação e Superior Sequencial;
- XII. Aprovar políticas para fixação do quadro docente da Universidade;
- XIII. Deliberar sobre a equivalência de títulos universitários e regularização de diplomas estrangeiros respeitada à legislação pertinente;
- XIV. Aprovar os projetos político-pedagógicos dos cursos no âmbito de sua competência;
- XV. Emitir parecer sobre a criação, extinção, agregação e ampliação de Centros e de *Campi*;
- XVI. Julgar os vetos a ele encaminhados;
- XVII. Aprovar normas de concessão de bolsas de trabalho, de estágio, de monitoria, de pesquisa e de extensão.

Art. 67 – Das decisões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, caberá recurso ao Conselho Universitário.

## **CAPÍTULO VIII**

## **DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Art. 68 – Ao Conselho Universitário compete:

- I. Exercer a supervisão da Universidade e traçar a política universitária;
- II. Exercer a deliberação superior em matéria de fixação de vagas, a serem oferecidas anualmente pela Universidade, e sua distribuição pelos diversos cursos respeitadas as disposições legais e ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- III. Emitir parecer sobre os planos de expansão e desenvolvimento, bem como a criação, modificação e extinção de órgãos da universidade;
- IV. Constituir comissões permanentes e transitórias;
- V. Deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias, bem como criar e conceder prêmios honoríficos, destinados a recompensas e estímulos às atividades da Universidade;
- VI. Aprovar o plano geral de ação da Universidade;
- VII. Julgar os recursos e vetos a ele encaminhados em última instância;
- VIII. Deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto, desde que por sua natureza, não sejam da competência de outros órgãos;
- IX. Aprovar emendas ao Estatuto por deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros;
- X. Decidir sobre eleições nos casos previstos neste Estatuto;
- XI. Deliberar sobre processo eleitoral dentro desta Universidade.
- XII. Decidir em último grau de recurso sobre processo disciplinar dos alunos, bem como sobre sua expulsão.

Art. 69 – O Conselho Universitário, órgão máximo deliberativo e consultivo da Universidade, competente para estabelecer a política universitária, funciona como instância de recurso, definido no Regimento Geral.

**Parágrafo Único** – O Conselho Universitário reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Reitor(a) ou por solicitação de 1/3 (um terço) dos seus membros.

## **TÍTULO VI**

### **DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA CONSTITUIÇÃO E DA REPRESENTAÇÃO**

Art. 70 – A comunidade universitária é constituída pelos segmentos docente, discente e técnico-administrativo.

Art. 71 – Os segmentos que compõem a comunidade universitária serão representados nos órgãos colegiados, nos termos deste Estatuto.



Art. 72 – A representação de que trata este capítulo terá por objetivo promover a cooperação da comunidade universitária e o aprimoramento da instituição, vedadas as atividades de natureza político-partidária.

## **CAPÍTULO II**

### **DO CORPO DOCENTE**

Art. 73 – O corpo docente da Universidade é constituído por professores com formação específica que exerçam atividades inerentes ao sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 74 – A carreira do magistério superior abrange as seguintes classes:

- I. Professor Auxiliar;
- II. Professor Assistente;
- III. Professor Adjunto;
- IV. Professor Titular.

**Parágrafo Único** – As classes dos itens I, II, e III terão quatro níveis horizontais.

Art. 75 – O ingresso na Carreira do Magistério Superior será por concurso público de provas e títulos, observados os requisitos mínimos contidos no Regimento Geral e no Plano de Cargos e Carreira.

§ 1º - A contratação para professor temporário obedecerá aos mesmos requisitos de titulação estabelecidos para o provimento definitivo em cargo correspondente ao plano de carreira dos docentes.

§ 2º - O Reitor(a) poderá, por proposta do Conselho de Centro e ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho de Administração e Planejamento, contratar professor visitante na forma da Lei.

## **CAPÍTULO III**

### **DO CORPO DISCENTE**

Art. 76 – O corpo discente da Universidade é constituído por todos os alunos de suas unidades de ensino, matriculados na condição de regulares ou especiais.

§ 1º - Serão estudantes regulares aqueles matriculados em Curso de Graduação e Pós-Graduação regular Stricto Sensu.

§ 2º - Serão estudantes especiais aqueles matriculados mediante termos de convênio e ou contratos com pessoas jurídicas, em Cursos de Graduação, de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Seqüenciais e de Extensão.

Art. 77 – O corpo discente terá representação com direito à voz e voto nos órgãos colegiados da Universidade, na forma prevista neste estatuto.

Art. 78 – Os Centros Acadêmicos e o Diretório Central dos estudantes são órgãos de representação dos estudantes da Universidade organizados na forma da legislação vigente e integram o patrimônio institucional desta Universidade.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

Art. 79 – O corpo técnico-administrativo é constituído dos servidores da Universidade lotados nos serviços necessários ao seu funcionamento técnico administrativo.

Art. 80 – A Universidade desenvolverá programa de capacitação de recursos humanos, visando o aprimoramento, a qualificação e a motivação do seu corpo técnico-administrativo.

Art. 81 – O ingresso, a posse, o regime de trabalho, a promoção, a aposentadoria e a dispensa de servidor técnico-administrativo são regidos pela legislação em vigor, pelo Regimento Geral da UESPI, pelo Plano de Cargos e Carreiras e Vencimento dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí e pelas Resoluções do Conselho de Administração e Planejamento e do Conselho Universitário.

#### **CAPÍTULO V**

##### **DO REGIME DISCIPLINAR**

Art. 82 – Cabe a todos os que fazem parte da comunidade universitária, composta pelo corpo docente, discente e técnico-administrativo, manterem a observância das normas que regulam a ordem, a disciplina e a dignidade que devem presidir as atividades universitárias.

§ 1º - O Regimento Geral definirá o regime disciplinar a que ficarão sujeitos o corpo discente.

§ 2º - O corpo técnico-administrativo fica sujeito ao Regime Jurídico Único adotado pelo Governo do Estado, bem como às normas pertinentes deste Estatuto e do Regimento Geral.

§ 3º - O corpo docente fica sujeito ao regime disciplinar estabelecido pelo Plano de Cargos e Carreira dos docentes da Universidade.

#### **TÍTULO VII**

##### **DAS DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS**

Art. 83 – A Universidade poderá outorgar títulos de:

- I. Doutor *Honoris Causa*;

- II. Professor Emérito;
- III. Servidor Técnico–Administrativo Emérito;
- IV. Estudante Emérito.

**Parágrafo Único:** A concessão dos títulos de que trata este artigo dependerá de aprovação de dois terços (2/3) (dois terço) dos membros do Conselho Universitário.

Art. 84 – O Título de Doutor “Honoris Causa” poderá ser concedido a personalidades que tenham contribuído, de modo notável, para o progresso das ciências, letras ou artes e que tenham beneficiado em forma excepcional a humanidade, ao país, ou prestado relevantes serviços à Universidade.

Art. 85 – A Universidade poderá conceder título de Professor Emérito aos seus professores, de Servidor Técnico – Administrativo Emérito aos seus funcionários e de Estudante Emérito aos seus estudantes, quando os mesmos se distinguirem em atividade didática, ou de pesquisa e extensão, ou tiverem contribuído de modo notável para o progresso da universidade e da sociedade.

## **TÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 86 - Obedecendo ao princípio estabelecido no inciso IV, do art. 2º, deste Estatuto, o Conselho Universitário homologará o resultado da consulta à comunidade e da eleição prevista no artigo 57.

**Parágrafo Único** - Transcorridos a homologação e todos os recursos, o Governador nomeará um dos eleitos dentre os três mais votados, nos termos da lei, para mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 87 – O Regimento Geral será constituído de partes, contanto que estas não firam as disposições deste Estatuto.

§ 1º - As Resoluções atuais recepcionadas por este Estatuto farão parte do Regimento Acadêmico.

§ 2º - O Regimento Geral, que na atualidade é formado por Resoluções esparsas, permanecerá até o processo de copilação das Resoluções recepcionadas por este Estatuto e da elaboração de novas normas que formarão um todo orgânico em prazo não superior a 1(um) ano após a publicação deste Estatuto.

§ 3º – As normas processuais farão parte do Regimento Geral.

Art. 88 - A Universidade tem prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Estatuto, para criar seu Regimento Acadêmico que é parte integrante do Regimento Geral.

Art. 89 – Todos os *Campi* e Centros terão prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Estatuto, para criarem seus Conselhos.

§ 1º - Os Conselhos de *Campi* e de Centro serão formados por docentes, discentes e técnico-administrativos na forma estabelecida neste Estatuto.

§ 2º - Os Colegiados de Curso serão formados por docentes e discentes e terão prazo de 60 (sessenta) dias, após a publicação deste Estatuto, para criar o Regimento Interno.

Art. 90 – A eleição para Reitor(a) e Vice-Reitor(a) será na primeira quinzena do mês de novembro, do ano anterior ao término do mandato de seus antecessores. A posse ocorrerá na 2ª quinzena do mês de janeiro do ano subsequente, observado o disposto no art. 87.

Art. 91 – A Comissão Eleitoral estabelecerá o dia em que será realizada a eleição e as normas regulamentares do processo eleitoral, devendo ser constituída em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias da data da eleição.

**Parágrafo Único** - No ano de 2005, excepcionalmente, a Comissão poderá ser formada até o limite mínimo de 40 (quarenta) dias antecedentes à data da eleição.

Art. 92 – Cabe à Reitoria convocar eleições para composição dos Conselhos Superiores em trinta dias no mínimo do fim dos mandatos dos conselheiros em exercício. Prazo semelhante deve ser observado por Diretores(as) de *Campi* e de Centro.

Art. 93 – A Participação nos Conselhos Superiores de *Campi*, de Centro e de Curso se constituem em atividade acadêmica relevante, vedada a participação de quem estiver de férias, licença e à disposição de outra instituição.

Art. 94 – São inelegíveis a qualquer cargo eletivo nesta instituição quem:

- a) estiver em estágio probatório;
- b) estiver à disposição de outra instituição;
- c) não se desincompatibilizar no prazo legal;
- d) não se afastar da entidade sindical no prazo legal;
- e) sofrer condenação e transitado em julgado por improbidade administrativa;
- f) tiver sido condenado criminalmente;
- g) estiver de licença sem vencimento;
- h) estiver no exercício da docência com contrato temporário.

Art.95 - Não têm direito a votar no âmbito desta instituição, para o cargo de Reitor(a), Vice-Reitor(a), Diretor(a) e Coordenador(a):

- a) docente e técnico aposentados;
- b) quem estiver de licença sem vencimento;
- c) discente que não estiver regularmente matriculado;
- d) quem estiver cedido ou à disposição de outro órgão;
- e) discente afastado por processo administrativo disciplinar ou por decisão judicial;
- f) discentes matriculados em cursos conveniados, Sequencial e Pós-graduação *Latu Senso*;
- g) docente com contrato temporário

Art. 96 – Os *Campi* e Centros poderão elaborar projetos para captação de recursos específicos, assim como buscarem parcerias, resguardados os princípios da administração geral e desta Universidade.

**Parágrafo Único** - A aprovação de convênios e projetos depende de aprovação dos Conselhos Superiores e sua tramitação obedece às normas processuais desta Universidade.

Art. 97 – Os Núcleos atuais passam a ser parte integrante de um Campus, nos termos deste Estatuto, disciplinado no Regimento Geral.

Art. 98 – Nos termos deste Estatuto fica criada a Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças.

**Parágrafo Único** – A atual Coordenadoria de Planejamento passará a denominar-se Diretoria de Planejamento e Orçamento da Pró-Reitoria de Planejamento e Finanças.

Art. 99 – Nos termos deste Estatuto, a Pró-Reitoria de Cursos Superiores Seqüenciais e a Coordenação Geral do Regime Especial transformar-se-ão em Diretoria de Projetos e Programas Especiais da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação.

Art. 100 – A Estrutura organizacional da Universidade proposta neste Estatuto será implementada gradativamente no prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 101 – Os casos omissos neste Estatuto serão dirimidos pelo Conselho Universitário.

Art. 102 – Este Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 29 de julho de 2005, **Comissão Estatuinte**: Professora Maria Célia Leal e Silva (Presidente da Comissão); Professora Norma Suely Campos Ramos; Professora Edileusa Maria Lucena Sampaio; Professor Antônio Gonçalves Honório; Discente Ítalo Lustosa Silva Leite; Técnica Administrativa Marilene Maria de Oliveira Meneses Sansão; **Subcomissão de Corrente**: Antônio Francisco Soares (Coordenador da Subcomissão); Professora Noeme Rocha Barros Mascarenhas; Técnica Administrativa Lícia Ney Alves Guerra; Discente Sueli Dias Nogueira; Discente Luciana Rodrigues Marques; **Subcomissão de Floriano**: Professor Valmir Nunes Costa (Coordenador da Subcomissão); Professora Ana Maria da Silva Andrade; Técnica Administrativa Ana Cleide Bernardina da Silva; Discente Alexandre José Rego Leite; **Subcomissão de Parnaíba**: Professora Maria do Rosário Pessoa Nascimento; (Coordenadora da subcomissão), Discente Maria de Jesus dos Santos Fontenele; Professor José de Ribamar Xavier Batista; Técnica Administrativa Clara Helena Oliveira de Souza; Discente Vera Lúcia Maria Amorim dos Santos Gomes; **Subcomissão de Picos**: Professora Maria do Carmo Martins Lopes (Coordenadora da Subcomissão); Professor Newton de Moura Bezerra; Técnica Administrativa Roselândia de Jesus Sousa Sobrinho; Discente Luciano de Moura Carvalho; Discente Welliton Bezerra Pereira; **Subcomissão de Teresina**: Acelino Vieira de Oliveira (Coordenador da Subcomissão); Professora Thaís Maria de Araújo Pessoa; Professora Maria do Rosário de Fátima Albuquerque; Técnica Administrativa Silvana Maria Cunha de Freitas; Discente Paulo Nunes Neto; Discentes Higor Soares Matos.



## **DECRETO Nº111.868, DE 01 DE SETEMBRO DE 2005**

*Altera o § 5º, do art. 57, do Estatuto da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, aprovado pelo Decreto nº 11.831, de 29 de julho de 2005.*

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII, do art. 102, da Constituição Estadual,

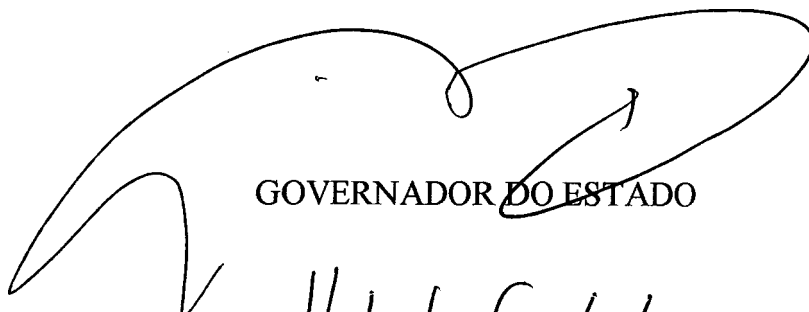

### **DECRETA:**

Art. 1º O § 5º do art. 57, do Estatuto da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57. ....

.....  
§ 5º- Os representantes sindicais devem afastar-se do cargo até trinta dias antes das eleições.”

**PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 01 de setembro de 2005.**

  
GOVERNADOR DO ESTADO  
  
SECRETÁRIO DE GOVERNO